

**Revista de Literatura,
História e Memória**



Seção: Pesquisa em Letras no contexto
Latino-americano e Literatura, Ensino e
Cultura

ISSN 1983-1498

VOL. 14 - Nº 24 - 2018

UNIOESTE/CASCAVEL - P. 307-330

**DE LEGADOS CULTURAIS À LUZ DE TRAMAS
ENVOLVENDO LUCAS DA FEIRA (1822-1850)**

**Of Cultural Legacies in The Light of Plates Involving
Lucas da Feira (1822-1850)**

Jaime Magalhães Morais¹
José Alves Dias²

RESUMO: Lucas Evangelista ou Lucas da Feira, como é mais conhecido, foi um afro cativo de berço que viveu no século XIX, na Vila de Sant'ana da Feira, atualmente Cidade de Feira de Santana, no Estado da Bahia, território dominado pelos nativos Paiaias, até início do século XVIII. Quando adolescente escapou do cativeiro, tendo posteriormente formado um grupo de salteadores responsáveis pela prática de inúmeros crimes durante os anos 40 do século XIX. Suas relações se estendiam desde as camadas mais pobres da

sociedade até setores da elite, numa área aqui tratada por tabuleiro Paiaia, que tem por marca a miscigenação entre os nativos e etnias que de outros continentes migraram, onde se analisa os valores que pesavam em seu perfil progresso e as influências danosas que ele sofreu. Uma obra de aporte catequético fundamenta teoricamente esta pesquisa abordando o trabalho dos religiosos jesuítas, que predominaram na faina para conversão dos nativos Paiaia à religião Católica, enquanto a metodologia se ampara em obra que aponta meios eficientes a serem usados na catalogação de fontes, que recaiu sobre três depoimentos de moradores da sede do Município e imediações, esses com bom acúmulo de experiências vividas. O período se estende de 1822 a 1850, com o fim do tráfico negreiro e conclui-se que Lucas teria herdado grande parte da cultura encontrada, mas primordialmente cumpria missões confiadas por mandantes que lhe chantageavam, influenciando-o negativamente.

PALAVRAS-CHAVE: Lucas da Feira; Memória; Violência; Jugo; Cultura.

ABSTRACT: Lucas Evangelista or Lucas da Feira, as it is better known, was a captive afro that lived in the 19th century in the Vila de Sant'ana da Feira, now the City of Feira de Santana, in the State of Bahia, a territory dominated by the Paiai natives, until the beginning of the 18th century. As a teenager he escaped from captivity and later formed a group of robbers responsible for the practice of countless crimes during the 1940s. Their relations extended from the poorest strata of society to sectors of the elite, in an area here treated by the Paiaia board, which is marked by the miscegenation between natives and ethnic groups that migrated from other continents, analyzing the values that weighed in their profile and the harmful influences he suffered. A work of catechetical support theoretically bases this research on the work of the Jesuit religious, who predominated in the work for the conversion of the Paiaia natives to the Catholic religion, while the methodology is based on a work that indicates efficient means to be used in the cataloging of sources, which fell on three testimonies of residents of the Municipality and surroundings, those with good accumulation of lived experiences. The period extends from 1822 to 1850, with the end of the slave trade and it is concluded that Lucas would have inherited a great part of the culture found, but mainly it fulfilled missions entrusted by principals who blackened to him, influencing it negatively.

KEYWORDS: Lucas da Feira; Memory; Violence; Oppression; Culture.

¹ Graduado em História (2000), com Pós-Graduação *Lato Sensu* em Desenho, Registro e Memória, Núcleo de Desenho, Departamento de Letras, UEFS (2006), Mestre em Memória: Linguagem e Sociedade, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), UESB (2016).

² Graduado em História na UESB (1994), Mestre em História, UFBA (2002), Doutor em História Social, UFRJ (2009), professor do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade (PPGMLS), UESB.

INTRODUÇÃO

O período de ruptura política dos laços de dependência colonial com a metrópole Portuguesa foi um dos mais revolucionários e, certamente, um dos mais ricos em toda a história do Brasil, tempo marcado pela presença de muitos episódios de confrontação militar e distúrbios sociais dos mais variados tipos. Cumpre destacar que essa situação não se restringia à zona costeira da Província da Bahia, como estendeu-se, também, para o interior, para os sertões, onde se encontrava localizado o arraial de Sant'ana da Feira.

Situado a 108 quilômetros da Capital, o arraial de Sant'ana da Feira, dez anos depois, seria elevado à vila, ainda se mantendo vinculado ao termo da Vila de Cachoeira. Na década de 30, muitos desta povoação aderiram ao movimento federalista, mas foi sobretudo na década de 40 que uma fase de terror tomou maiores proporções, com a atuação de um grupo de salteadores cuja liderança cabia ao escravo fugitivo Lucas Evangelista, também tratado por Lucas da Feira. Assim, com esta pesquisa, procura-se descrever as influências que sofreu Lucas, ao longo da sua trajetória de atuação em Sant'ana da Feira, cujos moradores aqui são tratados por tabarés – descendência interétnica entre nativos, como também resultado das cruzas com europeus ou afros, certamente sua população tinha larga vivência com o jugo e a opressão, contudo, entre aqueles que ali foram habitar, prevalecia a cultura autóctone.

Como referencial teórico nos servimos da obra de Serafim Leite (1945), *História da Companhia de Jesus no Brasil*, em cujo prefácio se lê ter existido uma liderança recorrente dos jesuítas, exercida por meio da catequese religiosa sobre as populações locais. As adesões ao cristianismo eram conseguidas a partir do uso de técnicas aperfeiçoadas pelas obras de engenharia hidráulica, resultantes de pesquisas desenvolvidas dentro das instituições criadas por sacerdotes. O objetivo final dessas ações era o de dar suporte econômico aos que se convertiam à religião católica. Esse processo de conversão religiosa e apoio econômico se estendeu até à área dos tabuleiros,³ onde se situava a vila de Sant'Ana da Feira.

³ Tabuleiros são formações de arenito desgastados pela ação dos agentes naturais, a exemplo dos ventos, ou precipitações pluviométricas que arrastam sedimentos depositados em áreas de menores altitudes, como no caso do tabuleiro Paiaí, assim designado em razão de ser habitado por esses povos Tapuias, desde período que antecedeu a colonização portuguesa. Não é consenso entre os pesquisadores que a designação “Tapuia” se trata de um termo obsoleto. Prova disso é encontrada na Grande Enciclopédia Larousse Cultural (1995), que cataloga várias tribos que se reconhecem como Tapuias, melhor dizendo, Tapuyas, na Amazônia. Estão os tabuleiros contíguos ao bioma caatinga, enquanto a leste, divide com a mata atlântica e de ambos herda espécies vegetais, com solo escasso em material orgânico, que dificulta a sobrevivência de plantas como cactos, bromélias e tuberosas, a exemplo do umbuzeiro. Mesmo assim, o atual Município de Feira de Santana, nome que mais tarde seria dado à antiga povoação de Sant'ana da Feira, se espraia também por áreas de solo mais rico no semiárido.

A metodologia se ampara na obra de Verena Alberti (2004), que leva o título *Manual de História Oral*, texto esclarecedor do emprego de ferramentas eficazes para se produzir História Oral, cujos conceitos usados na definição das fontes, para três depoimentos catalogados em 2015 sinalizou, sendo os entrevistados moradores da cidade de Feira de Santana e vizinhanças. Um comerciante de noventa e três anos na sede nascido, fornece narrativas de passagens pontuais da vida de Lucas. Migrantes do meio rural, um professor e um lavrador, com relatos ricos em detalhes das tarefas e hábitos ali usuais, completam o número dos testemunhos.

São José das Itapororócas era a freguesia à qual Sant'ana da Feira pertencia até pouco depois do movimento pela independência da Bahia. Tratava-se esta última, de um pequeno aglomerado urbano que acompanhava de forma sinuosa o contorno da estrada principal, que seguia dos sertões para o litoral com fluxo constante de vaqueiros e proprietários a tanger boiadas para Salvador, que também aos tropeiros caminho abria se encarregando de distribuir mercadorias pelos espaços mais distantes na Bahia.

Partimos do pressuposto de que a falta de conhecimento, da população civil, de algumas técnicas difundidas durante o conflito pela independência da Bahia se reverteu em mitos criados pelos populares, ainda hoje latentes no município, os quais foram também usados por Lucas e por alguns de seus companheiros, destaque aqui para Cazumbá – compadre de Lucas e homem, que mais tarde seria seu perseguidor e responsável por sua captura em virtude de ter feito parte do grupo do ex-escravo salteador e conhecer de perto seus segredos. Ele, que também era fugitivo da mesma justiça, pôde, com esse trunfo, se safar da pena do crime anterior em razão do qual era perseguido e chantageado pelos de maior cabedal político. Este tema será melhor detalhado adiante.

O período da pesquisa, assim como o título do texto já deixa claro, se estende de inícios da luta e ruptura baiana com o reino português até o fim do tráfico de escravos da África, em 1850. Assim, visando uma mais perfeita compreensão do que se pretende realizar aqui, faz-se necessário uma contextualização prévia com o objetivo de entender a sociedade na área do tabuleiro Paiaia estabelecida, antes dos fatos que envolvem a vida e os delitos de Lucas Evangelista, para depois adentrarmos nos meandros da sua atuação.

DIFICULDADES DE LOCALIZAÇÃO

Stuart B. Schwartz (1988), em sua pesquisa de nome *Segredos Internos: engenhos e*

escravos na sociedade Colonial, localiza o engenho que trata por Cazumba, em Purificação,⁴ atual Santo Amaro da Purificação. Mas, com as divisões posteriores dos municípios criados, esta propriedade se situa atualmente em território de outra unidade política.

Com o estabelecimento do Império do Brasil, foram criadas novas vilas que averbaram territórios pertencentes às antigas divisões políticas coloniais nas quais eram encontrados tanto fracionamentos legais da Igreja quanto do Estado. Os da Igreja eram compostos por freguesias, paróquias e capelas, que se deviam substancialmente à atuação dos catecúmenos, estando distribuídas entre suas ordens, cujo número, predominante, era de jesuítas, embora irregular.

Já os do reino se dividiam em comarca, termo e vila, que na atualidade não abrangem mais que um distrito, dentro de um município, mas, durante o período colonial, eram equiparáveis a um município, como se observa na obra *Feira de Santana*, do norte americano Rollie E. Poppino (1968). Essas divisões ainda eram muito confusas, sobretudo porque nem sempre os locais onde os nativos eram aldeados tinham registro junto aos órgãos metropolitanos, de modo que as freguesias, capelas e paróquias se estendiam para além dos limites estabelecidos pelas divisões dentro da Capitania.

Esse caos se acentuou com a expulsão dos jesuítas, a partir de 1759, seja porque não havia funcionários em número suficiente para cobrir a carência deixada pela falta dos religiosos – a quem também cabiam ofícios do reino –, ou porque não se tinha disponibilidade humana com a qualificação exigida para preencher os requisitos do cargo. Assim, o Marquês de Pombal tentou, sem sucesso, suprir a demanda de funcionários com líderes nativos que não dominavam o Tupi, Língua Geral do Brasil e base da catequese, muito menos o Português, que lhes foi exigido como língua oficial.

Sant'ana da Feira pertencia à freguesia de São José das Itapororócas, que fora criada em 1696 e estava submetida ao termo da Vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, também criada pouco antes, segundo relata o monsenhor Renato de Andrade Galvão (1982, p. 25-31), no artigo de nome *Os povoadores da Região de Feira de Santana*. Porém, quando irrompeu o conflito pela independência – mesmo tempo em que Lucas fugiu –, Sant'ana da Feira se tornara indispensável como centro abastecedor do Recôncavo baiano enquanto local de confluência das boiadas dos sertões, não só desta Província como também de outras que se localizavam ao norte e ao oeste, a exemplo do Maranhão, Piauí, Goiás e Minas Gerais, sem

⁴ A atual cidade de Irapuã também levava a designação de Purificação no século XVIII, período da pesquisa desse autor. Como Schwartz afirma ter alguns escravos se casando em Santo Amaro e traz mapa do local, se confirma a referência a esta última vila, a qual Irapuã estava vinculada.

esquecer que parte de Pernambuco, na outra margem do rio São Francisco, desde a independência se averbou à Província.

Muito embora São José das Itapororócas fosse desde fins do século XVII a principal referência como freguesia vinculada ao território da Vila de Cachoeira, Sant'ana da Feira já existia como embrião urbano, na época dessa promoção, e as aguadas eram mais fartas, de modo que as boiadas se dirigiam às suas fontes para abastecimento, mesmo porque, a única lagoa existente em São José não era perene, enquanto Sant'ana da Feira era farta não apenas em lagoas mas também em nascentes e em rios que afluíam ao Paraguaçu ou cortavam suas adjacências e seguiam rumo ao litoral.

Frei Jaboatão, em seu *Catálogo Genealógico das principais famílias*, que tem a organização e notas de Pedro Calmon (1985, p. 133), cita ser o coronel da cavalaria, José Pires de Carvalho e Albuquerque, capitão mor de ordenanças desde 1784, o proprietário do Engenho Cazumbá. Certamente ele deixou a herança entre os mais destacados nomes que criaram as milícias na defesa da Bahia durante o conflito pela independência e assumiram o comando das tropas, na ocasião do conflito.

Vários deles são citados encabeçando batalhões que se formaram antes da Câmara de Cachoeira formalizar a adesão da Bahia ao Império do Brasil. Mas nas décadas posteriores, isto se modificaria, e a propriedade passaria a outros donos. A esposa de Antônio Pires de Carvalho, um dos seus filhos, também pertencia a uma das mais augustas famílias da história colonial baiana, a da estirpe da Casa da Torre, uma das herdeiras das maiores extensões territoriais da Capitania; situação esta que somente encontra paralelo com o domínio senhorial dos Albuquerque que migraram de Pernambuco para a Bahia e eram detentores de posses sobre um imenso latifúndio, naquela capitania.

Num croqui da obra de Schwartz (1988, p. 344) se evidencia a proximidade da propriedade do engenho Cazumbá com a afluição do rio Jacuimirim, na margem direita do Rio Jacuípe (o que deságua acima da baía de Todos os Santos). Esta confluência se dá no trajeto que faz a divisa do atual Município de Amélia Rodrigues, que já pertenceu à uma conceituada usina de produção de açúcar, cujos proprietários moravam em Feira de Santana, no século XX. A Usina Aliança assim como outras, até poucos anos existentes nas proximidade do território do atual Município de Terra Nova, se caracterizaram como algumas das maiores fornecedoras de açúcar aos postos de venda na Cidade de Feira de Santana, já com outros proprietários.

Contudo, essas terras não foram, como pode se imaginar, vendidas aos mesmos

proprietários que no século XX se serviram da sua proximidade com o Atlântico para o cultivo da cana de açúcar, pois, logo após à década de 30, no século XIX, tais terras já pertenciam a outros empreendedores. Isso faz pensar que uma crise econômica progredira na então Província de que o engenho já não era mais produtivo como em outras épocas, o que forçava seus antigos donos a se desfazer do patrimônio para investir em outro bem de maior lucratividade.

Tratando dos sobrenomes dos escravos e alforriados, “tanto para cativos como para forros, o comum era receber o sobrenome do proprietário ou ex-proprietário” (SCHWARTZ, 1988, p. 327). Exemplifica o autor que o forro Felix Maciel fora escravo de Belchior Maciel; Josefa Pires era uma escrava crioula pertencente a José Pires de Carvalho, do Engenho Cazumba. Alerta, entretanto, que alguns poderiam apreciar menos a associação com os sobrenomes dos proprietários. Certamente, nesse caso, a família Cazumbá (como assim se reconhecem) optou por um sobrenome que a ligava ao local onde viviam com seus senhores, em razão de se tratar de um termo africano que revivia antigas memórias. Não é incomum, até mesmo na atualidade, o nome dos proprietários fazerem referência a suas posses, notadamente no semiárido baiano.

A Bahia tinha uma relação muito íntima com a África, de onde importava levas seguidas de cativos em trocas comerciais por tabaco e aguardente. O nome atravessou o Atlântico nos tumbeiros e fincou laços, com a descendência, a partir da associação do termo ao patrimônio do senhor José Pires de Carvalho e Albuquerque, uma das mais tradicionais famílias entre os nobres da costa baiana.

Já o professor José Bento Rosa da Silva (2011), que fez uma pesquisa preliminar sobre as origens desta família, catalogada no artigo designado *Cazumbá: História e memória no Recôncavo Baiano (1888-1950)*, ainda diz existir muita nebulosidade encobrendo a história, muito embora se saiba que há uma relação forte com Angola e Moçambique. Sua pesquisa se concentrou na cidade de São Gonçalo dos Campos, onde os descendentes Cazumbá gozam de certo *status*. Condição obtida e firmada a partir da segunda metade do século XIX, apesar de todas as circunstâncias de discriminação de cor então existentes no Brasil e presentes em menor escala no tabuleiro Paiaia.

ECONOMIA REGIONAL NA CRISE COSTEIRA

É importante frisar que as terras do tabuleiro, além da produção do tabaco, tinham como

uma de suas características econômicas a produção de carne bovina a ser consumida nas áreas do Recôncavo, produção esta que tinha em Capoame sua principal feira. Nesse contexto, Sant'ana da Feira se constituía em área de prática da pecuária. Ainda que seja questionável a qualidade destas pastagens, é necessário considerar que não só o tabaco como os demais cultivos – a exemplo do amendoim, da mandioca, do feijão, do milho e de outras leguminosas ainda bastante cultivadas na região –, careciam da adubação, até recentemente feitas com o esterco bovino em razão das carências do solo.

Na obra *História da América Portuguesa*, Sebastião da Rocha Pita (1880) faz referência ao cultivo do tabaco nessas terras: “Os seus lavradores necessariamente teem curraes de gado, para lhes fecundarem as terras d’esta cultura com o mesmo que hão mister as horta para produzirem as plantas” (PITA, 1880, p. 12). O tabaco é uma das culturas agrícolas mais antigas dos tabuleiros, pois os índios já dele realizavam plantios nas etapas anteriores à presença europeia. Contudo, uma demanda em escala comercial se deu após o estabelecimento do sesmeiro João Peixoto Viegas em São José da Itapororócas, em 1640, com a criação do morgado que foi legado à sua descendência. São Gonçalo com São José das Itapororócas formavam as áreas mais nobres da produção do tabaco na Bahia. Quando os jesuítas passaram ao processo de catequese dos Paiaiás no século XVII, tanto os cereais como as leguminosas já eram tradicionais nos cultivos. Contudo, os padres da Companhia de Jesus inseriram formas de cultivos de maior produtividade: sementes de cereais europeias geneticamente melhoradas, animais de carga para transporte e manufaturas para beneficiamento da produção, a exemplo das casas de farinha que processavam de forma coletiva maior quantidade que os tradicionais tipitis feitos de fibras de palmeiras, se utilizando da fartura de madeira para o escoamento da água da mandioca em prensas.

A produção aumentou carecendo dar vazão para o litoral e, com isso, causara a inveja dos sesmeiros que promoveram um embate cobiçando as áreas de concentração das aguadas, lugar de convergência dos Paiaiás, também frequentado por fugitivos acolhidos dos engenhos no litoral, até porque João Peixoto tinha a concessão da sesmaria e ambicionava dar passagem às boiadas para serem comercializadas na costa, e os bois guiados por vaqueiros precisavam se reabastecer na jornada, mas os cultivos poderiam ser danificados durante o trânsito. Temia-se ainda que uma possível reação mais agressiva dos nativos pudesse trazer prejuízos aos rebanhos ou ferimentos aos tangedores dos pecuaristas.

Essa rixa entre interioranos e litorâneos não era coisa nova, visto haver registros

históricos de sua existência entre os nativos antes da colonização. Entretanto, essa rivalidade se acentuou com a mudança da feira do gado para o espaço de Sant'ana da Feira, no século XIX, e trouxe uma situação desconfortável aos descendentes tabaréus. Estes se apoiavam naqueles de maior penetração junto ao novo segmento que se estabelecera no poder, mas inversamente acabou acirrando ainda mais as tensões, em razão da crença na má sorte, na presença incômoda de uma companhia opressora. Isto até certo ponto era contornável pelas lideranças da Igreja com argumentos de tolerância, da boa convivência e do perdão; todavia, não atenuou a arrogância daqueles que desafiavam, inclusive, as autoridades da província, vez que tinham trunfos valiosos, legados pela nobreza em crise, e eram mais um fator de ameaça do que de solução do impasse.

Afirma Silva (2011, p. 4) que um dos ancestrais da família Cazumbá, de nome João Cardozo Cazumbá, em parceria com Manoel Ferreira de Cerqueira, comprou do major Francisco Antonio de Carvalho uma propriedade com grandes benfeitorias. Seu estudo se foca na genealogia da família, a partir de 1888, o que certamente deixa um vácuo entre sua pesquisa e a de Schwartz, o que coincide com o período de vida de José Pereira Cazumbá, peça chave nos fatos que envolveram o sacrifício de Lucas Evangelista, inicialmente como cúmplice e, mais tarde, como um dos seus rastreadores.

Da produção do tabaco em São Gonçalo dos Campos, com o que se produzia em São José das Itapororócas e em Sant'ana da Feira, a maior parte era comercializada no porto de Cachoeira. Contudo, os comerciantes de tabaco portuários, a exemplo dos grandes compradores do gado, com receio da produção ser confiscada pelas tropas portuguesas e isso gerar prejuízos, se dispuseram a mudar a praça para Sant'ana da Feira, com objetivo de ali adquirirem as mercadorias.

A ligação das estradas convergia para o arraial de Sant'ana da Feira, em razão de abastecer o gado e as tropas de muares, como a presença do Esquadrão de Cavalaria de Milícia de São José da Itapororócas, no seu território, que deixava a salvo a produção sertaneja, basicamente estruturada na pecuária e policultura, de acordo com Poppino (1968, p. 11). Os portos de Valença e Camamu, a sul, e Rio Real a norte – este já na divisa com Sergipe –, se tornavam em alternativas de escoamento da produção, e Sant'ana da Feira, como principal centro irradiador, fazia a concentração na sua feira com o transporte pelas estradas que se ligavam aos portos de embarque.

Em 1838, a área do campo do gado, que ficava em frente do quartel conhecido

atualmente por Casarão dos Olhos D'água, então abrigo do Esquadrão de Cavalaria de Milícias de São José das Itapororócas, no Areal, foi mudada para o que ficou conhecido por Campo das Gameleiras, próximo ao centro comercial da vila, localizado na Praça dos Remédios, certamente como prevenção das revoltas no Recôncavo, ao fim da Sabinada. O Casarão dos Olhos D'água estava sob risco de ataque dos milicianos fiéis a João Carneiro da Silva Rego, prisioneiro das tropas imperiais e ex-presidente interino, na ausência do titular, que nunca assumiu. Em virtude de que parte da sua propriedade herdada do pai, em São José das Itapororócas, atraía escravos e desertores com necessidade de atravessar pelas vizinhanças da Vila de Sant'ana da Feira, em busca de garantias de proteção, assim foi determinada a mudança do local de aquartelamento do esquadrão, pois temiam-se investidas contra aquele forte militar, o que forçou as tropas se transferirem para mais perto da nova feira do gado.

Observa o pesquisador Luís Cleber Moraes Freire (2012, p. 185), na obra *Nem tanto ao mar, nem tanto à terra* – num estudo das fortunas catalogadas na segunda metade do século XIX, em registros dos inventários de partilha encontrados –, que o coronel Joaquim Pedreira de Cerqueira detinha a posse de vários imóveis, entre eles a do Engenho Cazumbá, quando elaborou-se o inventário, no terceiro quartel do século XIX. A crise política e econômica que se seguiu à guerra pela independência se refletia entre donos de engenho e fez com que o antigo proprietário, de descendência entre os Carvalho de Albuquerque, se aproveitasse de uma oferta mais tentadora pelo latifúndio, já de posse de outro nome. Essa situação adiante vai tomar outros rumos.

Era comum a escravos alforriados permanecerem na mesma propriedade, servindo como mão de obra livre nos engenhos. Seguramente como lavradores de cana que conseguiram acumular algum patrimônio a partir da disponibilidade para venda do bem, adquirindo um quinhão da posse, os Cazumbás vieram fazer parte de um dos grupos familiares mais abastados em São Gonçalo dos Campos, em fins do século XIX. Mas José Pereira Cazumbá morava para além dessa área, em função de tentar se esquivar da justiça, a qual servira antes como meirinho.

Na década de 40, daquele século, José Pereira Cazumbá vivia em local próximo da Vila de Sant'ana da Feira, não na sede, porque era acusado de assassinar a Pauladas um senhor na povoação de Najé⁵, assim descrito na dissertação de nome *Lucas Evangelista: o Lucas da Feira*, cuja autoria é de Zélia Jesus de Lima (1990, p. 197). Esta autora, contudo, se equivocou com a

⁵ Najé é uma povoação localizada na margem direita do rio Paraguaçu, próximo à sua foz, a qual atualmente pertence ao Município de Maragogipe, no litoral baiano.

localização do crime, dando a sede da vila de Sant'ana da Feira como território, onde se situava tal arraial, ao confundi-lo com a velha ladeira do Najé que acessava as nascentes situadas nas proximidades da Lagoa do Prato Raso.

Não seria onde se concentrava o exercício administrativo da Vila o lugar mais adequado para um esconderijo com toda área menos explorada a oferecer alternativa. Ainda se deve atentar que as rapinagens de Lucas se davam em lugares de movimentação menor, a meio caminho dos destinos mais procurados, lugares que deveriam estar a salvo dos olhares curiosos, e como Cazumbá fez parte do bando, se presume que habitasse na zona rural, nesta fase posterior ao delito.

HOSTILIDADES, MEIO FÍSICO E TÉCNICAS

Com a divulgação do prêmio pela cabeça de Lucas, Cazumbá viu uma possibilidade de indulto ao seu crime e de voltar a circular por espaços públicos. Lima (1990, p. 197) diz que Cazumbá se encontrava escondido em São José das Itapororócas, após ter fugido da cadeia, e habitava na companhia do seu segundo sogro, pois se casou por três vezes, e este último levava por nome Luis da Cunha Vieira, que serviu de interlocutor de Cazumbá com a justiça. O registro desta moradia estava certamente relacionado à recente elevação de Sant'ana da Feira à vila, enquanto São José das Itapororócas, antiga freguesia a qual Sant'ana da Feira era vinculada, passou a fazer parte do seu território com a emancipação em 1833.

A população do Município de Feira de Santana sempre resistiu às designações impostas pelo Estado e, neste caso, o documento se baseia nas declarações de Lucas e Cazumbá, que prestaram as informações e se identificaram como moradores de São José da Itapororócas, em razão de, assim, conhecerem aquela então freguesia, a qual o território de Sant'ana da Feira pertencia no período colonial. Lucas teria sido avisado, por algum dos informantes, da repentina volta de Cazumbá a público e, como já tinha receios até dos amigos – muitos dos quais não mais mereciam crédito –, se precavia do encontro, até porque Manoel Gomes, desafeto de Lucas, acompanhava Cazumbá, o que despertava temores.

Por outro lado, existiam mandantes para os crimes de Lucas, os quais temendo sua captura buscaram se respaldar com um plano de ação, com o aval da justiça, que só foi levado a efeito em 1848. De certo modo, o plano saiu falho: Lucas, ainda ferido por Cazumbá, conseguiu fugir e, mais tarde, caiu nas mãos das tropas oficiais, mantendo o risco da delação.

De acordo com o que se lê na narrativa de Lima (1990, p. 198), Lucas foi localizado na estrada da Mochila aos Buris, onde certamente foi abastecer-se de água, pela proximidade das fontes ali fartas. Daí, a pé andando, chegou ao rio Jacuípe (afluente do Paraguaçu), onde permaneceu num dos seus muitos esconderijos, junto à passagem do Gurunga, rota para Minas Gerais, de onde partiam boiadas para serem comercializadas em Sant'ana da Feira e, dias depois, nesse local, recebeu outro tiro deflagrado por Cazumbá, quando foi preso.

Uma das fontes onde se abastecia se localizava nas imediações do bairro da Pedra do Descanso (de Lucas), ora tratada por “tanque de Lucas”, como o bairro ressalta sua fadiga como resultado dos deslocamentos constantes. Bairro da zona sul da Cidade de Feira de Santana, para além de dar acesso a então Vila, também está a uma distância relativamente próxima da fazenda Saco do Limão, que permite o trânsito a pé até onde Lucas nasceu e permaneceu até a fuga.

No relato do professor Raimundo Gonçalves Gama (2015, p. 1), cuja fazenda em que nasceu seu pai produzia farinha, comporta detalhes esclarecedores de uma vida campestre no semiárido baiano. Em sua infância e juventude, a produção da farinha carecia de vários utensílios de longas épocas comuns aos nativos e produzidos das fibras das palmeiras, das quais se confeccionava a “urupemba” para peneirar impurezas e afinar a massa para fazer a farinha, como também fazer esteiras, chapéus, vassouras, sacolas. A cabaça também era cultivada com o objetivo de extrair o fruto para servir como vasilha de depósito de água, da matéria prima já triturada, ainda umedecida para confecção da farinha, e bacía, a depender da sua conformação.

É relevante acrescentar que o professor Raimundo Gama afirma ter nascido no Município de Cícero Dantas, na fazenda de nome Lagoa Grande, que pertencia aos seus pais, onde havia uma missão religiosa e ali existiam um cemitério e uma capela. Tem similitudes aos cultos rituais, ou aos meios produtivos da fazenda em que Lucas nasceu e viveu, até a fuga, entre a descendência dos Paiaíás miscigenados com povos de outros continentes, os quais para o Brasil migraram e popularmente eram tratados por tabaréus, que também se distribuíam nas demais fazendas no semiárido.

Nesta área que nasceu o professor, e um pouco além, se espalhavam os domínios dos povos Cariri – cuja grafia pode variar para Kiriri, ou ainda Quiriri. Etnia que em 1736 foi aldeada pelos jesuítas do Colégio da Bahia, nas “fazendas de gado, e onde também se cultivava mandioca, milho, outros cereais e legumes” (LEITE, tomo V, 1945, p. 290). Aqui se pretende comparar com os cultivos que habitualmente são feitos no Município de Feira de Santana e, nesse particular, são encontradas poucas variações.

Certamente havia uma uniformidade nas técnicas empregadas pelos jesuítas, de maneira a suas orientações se difundirem pelos sertões, e as tarefas de beneficiamento da produção terem relativa semelhança nos procedimentos. É o que se verifica em relação aos utensílios, ou na engenharia das prensas por todo o território que abrange dos tabuleiros até o semiárido mais distante e toma certa unidade nos lugares habitados na atualidade pelos mais diversos tipos de tabaréus.

Estes desconfiados indivíduos se destacavam pela habilidade na construção de armadilhas artesanais para caça e pesca, a exemplo das arapucas, laço, mundéu, jiqui, enxó, derivados do cipó, em que se incluem trançados para fazer jacás usados para transportar volumes, cereais e mercadorias sobre animais de carga. Com a mesma finalidade havia a produção de cestos, caniços para acúmulo e transporte de cereais ou tubérculos de mandioca. No primeiro caso, para colheita individual, e sobre carros de boi, no segundo caso. Ainda, as ramas do cipó eram utilizadas para armações das casas de taipa, de utilidade para abrigo ou na construção dos esconderijos, todos esses utensílios e métodos conhecidos de Lucas.

A argila era largamente usada na produção de vasilhas de cerâmica como panelas e pratos para uso na cozinha, potes e moringas para armazenagem de água, descreve Gama (DEPOIMENTO, 2015, p. 4), e a esses se acrescenta que os cachimbos de barro eram utilizados para os rituais e para satisfazer o hábito do tabagismo. Também faziam parte do universo dos apetrechos dos fugitivos.

Um simples objeto ou vegetação resolve sem maiores infortúnios questões relacionadas à sobrevivência na caatinga. A água da chuva que se acumula em determinada folha supre a necessidade de reabastecimento no semiárido, onde a água se faz escassa em certas épocas do ano. Até mesmo a cabeça de frade, cacto próprio ao semiárido, soluciona a desidratação quando consumida. Isto faz entrever que os serviços ligados aos cultivos também precisavam do suporte de ofícios outros como o dos artífices carpinteiros, pedreiros, marceneiros e ferreiros, esses últimos, entre os nativos, não encontravam tradição de fusão, mas entre os afros no continente de origem, já que a técnica era conhecida e praticada antes do jugo europeu. Diante deste cenário, o sertão carecia de indivíduos que dominassem esses ofícios, e nos engenhos litorâneos muitos escravos africanos eram requisitados para confecção das armas, que faziam a defesa contra os europeus saqueadores ou nativos revoltados.

O professor Gama (DEPOIMENTO, 2015, p. 4) enfatiza a ludicidade das crianças quando da confecção de gaiolas e do uso do visgo da jaca, árvore frutífera de grande difusão no

tabuleiro Paiaia, onde se produziam armadilhas com o objetivo de apresar os pássaros. Como área propícia às chácaras, a jaqueira se desenvolve bem no tabuleiro, e o visgo acabava servindo a este mister, o que também contribui para propagar o conhecimento.

Os pássaros mantidos cativos em gaiolas ainda são problemas para os órgãos de proteção ambiental, que promovem batidas em feiras da cidade e apreendem gaiolas, que se constituem num apreciável estímulo à criatividade no uso das fibras e hastes vegetais para criação de verdadeiros similares de castelos, ou cópias de suntuosas habitações em miniatura.

Já os adultos, de acordo com Gama em depoimento (2015, p. 4-5), construíam camas de vara e cercas de madeira, espaçadas com gravatá, para impedir o trânsito dos animais domésticos. Como se observa, ainda no século XX se conservava uma tradição colonial a fim de evitar danos aos cultivos. Os procurados pela justiça se valiam de tais saberes, explorando variações dessa tradição com vistas a dificultar o acesso de estranhos aos seus esconderijos. Também usavam os materiais disponíveis na natureza para produzir rústicos leitos para o descanso. Ainda se aproveitavam da riqueza da matéria prima farta para confecção de utensílios e móveis que influenciavam toda uma forma de pensar, ou ainda cultivar o que faria sentido para o uso diário, de acordo com a necessidade que se faz mais relevante, onde habitavam.

Redes ainda são muito comuns para a dormida. Quando Lucas foi ferido e preso, de uma delas se serviram para transportá-lo até a vila. Na obra *Festa e Tradições Populares do Brasil*, há relato de que o “enfermo se recuperava do primeiro disparo, quando foi surpreendido no esconderijo, junto ao Poço do Gurunga e sofreu o segundo tiro, no mesmo ferimento do membro” (MORAIS FILHO, 2002, p. 316). Isso agravou a situação.

Aqueles perseguidos pela justiça, dos cultivos e criatórios da vizinhança proveito tiravam, furtando produtos da lavoura ou animais domésticos. Esses recursos garantiam a sobrevivência, principalmente em períodos de escassez em que até nos quartéis as tropas são incentivadas a, nos momentos de carência, usar desses artificios. Ainda que de descendência afro, Lucas nasceu e se manteve por seus primeiros quinze anos entre os habitantes do tabuleiro Paiaia e acompanhava todos os serviços braçais, tanto dos escravos quanto dos tabarés, que faziam o trabalho livre nas propriedades. Movidos pelo espírito criativo, que desperta a curiosidade de como produzi-los, os indivíduos se aproximam dos que dominam essas tarefas e absorvem os procedimentos que certamente foi de grande utilidade nas peregrinações de Lucas pelos Campos de Cachoeira, como alguns autores chegam a se referir ao tabuleiro Paiaia.

Lucas não era um escravo urbano, no sentido de sobreviver dos frutos da mão de obra

de aluguel, ou de vender a produção do seu senhor, para garantir indiretamente a alimentação. Melhor poderemos afirmar que pouco tempo ele foi escravo, em comparação ao tempo que se dedicou à vida de fugitivo no campo. Suas visitas à feira semanal da Vila se davam para prestação de contas a terceiros e por conta das missões individuais e, só mais tarde, por conta das missões do grupo, pois, quando fugiu, praticava roubos para sua manutenção.

Disso se deduz que Lucas pouco trato tinha com as moedas. Não se deve esquecer que esse tipo de material era escasso e de uso restrito na zona rural devido à predileção pelo escambo. Deve a essa situação de escassez de metal monetário os dias de adolescência de Lucas, por ele, por certo tempo, não desenvolver bem o tino para as negociações comerciais por estar longe desta realidade. Posteriormente alentou a cobiça por dinheiro e passou a frequentar mais assiduamente a Vila, quando tinha mais que trinta anos, período que coincide com o fim da Sabinada.

O movimento acima citado, de acordo com Poppino (1968, p. 24), tinha uma história pregressa em Sant'ana da Feira, que, desde fevereiro 1832, já vinha sendo motivo de preocupação da elite provincial, quando revoltosos federalistas foram sufocados em seus propósitos por um destacamento de 150 homens de posses da região, sob o comando do coronel Joaquim José Bacelar e Castro. A Regência reagiu a essa manifestação com a promoção de Sant'ana da Feira à vila. Determinou ainda que fosse fixado um território, cujos limites incorporavam a freguesia de São José das Itapororócas, Camisão (atual Ipirá) e Pedrão, numa tentativa de apagar memórias coloniais, cuja referência maior era o antigo morgado de João Peixoto Viegas.

Contudo, haviam indefinições políticas também ao nível de Província, as quais influiriam de maneira mais sentida nas decisões do comando e, devido à ligação de Sant'ana da Feira com Cachoeira, também estenderiam ao litoral seu campo de atuação. Havia líderes em São José das Itapororócas que militavam nos bastidores da Capital em defesa do federalismo e em Sant'ana da Feira disputavam o poder político da Câmara com outros pecuaristas que sustentavam posição de apoio aos regentes.

Permite esse intervalo de tempo firmar a ideia de que os pequenos roubos de Lucas pouco incomodaram ou se deram sem maiores danos. Seus conhecimentos em relação aos valores monetários eram bastante limitados, seja porque entre os tabaréus a tradição era o escambo, seja porque ele realizava furtos ocasionais. Operações estas que lhe garantiam viver bom tempo sem maiores ameaças de vida ou ser pego em flagrante, mesmo porque havia

carência de efetivo policial, como afiança o senhor Divaldo Pereira Portugal, que nasceu em 1922: “Só tinha um soldado naquele meu tempo” (DEPOIMENTO, 2015, p. 11). Vejam que em meados do século XX se perpetuava uma escassez de segurança pública herdada de séculos anteriores.

Lucas Evangelista dos Santos, de um simples escravo fugido de seu senhor, há dezesseis anos, transformou-se num criminoso de alto risco para a sociedade. Uma mudança repentina que induz ao entendimento de outros absorver valores sociais que lhe foram nocivos. Deduz-se que ele por meio de sobrevivência cumpria mandados durante os anos 40 do século XIX, momento delicado e violento marcado com a crise na Província.

ENTRE CRENÇAS E MITOS, UMA CONCLUSÃO

A maioria dos integrantes do grupo de salteadores do qual Lucas fazia parte já tinha sido julgada e condenada quando ele passou a ser caçado pelos órgãos oficiais da Província. Esta vivia uma crise em função das exigências e abusos dos regentes, então governantes no Império do Brasil, que praticavam impostos extorsivos nas províncias, a norte, para se livrarem das dívidas acumuladas com os ingleses e atender os privilégios de nobres que se mudaram para o sul. Desde então já era corrente a crença que Lucas tinha o *corpo fechado*,⁶ um imaginário nascido das várias situações de riscos por ele enfrentadas e superadas. Obviamente, essa crença popular é desprovida de maior análise crítica.

Na fala do senhor Divaldo, como em outros relatos, entre os muitos mitos populares, consta que Lucas carregava consigo um *patuá*,⁷ do qual jamais se separava por acreditar ser um eficaz amuleto de proteção contra perigos. Este *patuá* teria sido ofertado a Lucas pelo padre, de quem era cativo José Alves Franco, e continha uma oração protetora escrita, dobrada e acondicionada no objeto.

Estando acompanhado por Cazumbá, foi tomar banho em um tanque e, para que não o danificasse, “tirou o patuá, botou do lado de fora p'ra não molhar. E Cazumbá, compadre dele, traiu ele, atirou nele. Atirou nele, ele ficou doente, foi como pegaram ele” (DEPOIMENTO,

⁶ De acordo com Morais, J. (2011), o pacto com Satanás servia como meio de preservar a vida. Compara-se com as orações recitadas pelo professor Ernesto e ações de Ângelo Cabaça. Isso se invertia, caso se tratasse de cristão convicto que recitasse ou portasse a oração escrita, na qual, o fiel passava a ter proteção divina.

⁷ Amuleto contendo oração em pequena sacola, normalmente selada, carregada ao pescoço como socorro espiritual contra riscos de morte. Semelhante ao escapulário católico. O talismã que Lucas usava ao ser preso era de prata. Destaca Magalhães (1876) que etimologicamente, é termo Tupi, que significa “caixa”.

2015, p. 4). Esta última descrição não coincide com os outros registros, ou poderemos entender como uma agregação de várias memórias numa mesma narrativa. Têm-se razões para acreditar que o encontro deu-se junto à fonte, porque todos precisam repor o líquido do corpo e fazer o asseio pessoal.

Todavia, chama atenção o uso de um apetrecho comum aos nativos, o qual foi incorporado pela Igreja para atraí-los à religião pela absorção de parte das suas práticas rituais, o que não era incomum àquele período. A catequese dos Paiaíás, moradores do tabuleiro, perdurou por todo o século XVIII e, embora interrompida com a expulsão dos jesuítas, tinha sequência no século XIX, já com o clero secular evangelizando tabaréus.

José Carlos Santana Rosa (2015) entende que tais orações não visavam só preservar a vida, porque em sua interpretação, “o pessoal era cheio de oração ruim. Os mais velho. Virava pau, virava peda, virava toco” (DEPOIMENTO, 2015, p. 12). Adiante oferece detalhes:

É. Inclusive de mulé. É! Tinha um Anjo Cabaça (Ângelo apelidado, Cabaça) [...] As mulé ia fazer as necessidade no mato. Homem, mulé e tudo. Aí ele pegou a urina de uma mulé, lá. Só que ele pegou errado. Pegou o mijo de uma porca. E fez as ideia dele lá, e quando foi de noite essa porca foi botar a porta dele lá adento, da casa dele. Esse caso todo mundo sabe lá no Tanquinho [...] E naquele tempo era tudo na base da oração, porque existia mermo, um atirar ne outo e a bala não pegar. (DEPOIMENTO, 2015, p. 12-13).

Aqui a conotação já se estende à crença de que até as mulheres eram seduzidas pelos encantamentos do feiticeiro, que recitava orações cuja finalidade era atender um desejo convencionalmente escuso. A relação de Lucas com as mulheres comportava várias matizes, desde o sequestro, seguido de estupro, passando por outras formas de relacionamento que incluíam até mesmo um contato íntimo livremente consentido. Há relatos que mencionam lutas corporais das mulheres na defesa contra o estupro, outras mais estando grávidas eram sacrificadas em cactos tipo o mandacaru, outras, ainda, devolvidas aos pais depois de ter convivido meses, e algumas conhecidas iam aos seus esconderijos de livre vontade, o que pode ter sido determinante na criação de certos mitos. Como se sabe, os nativos raptavam mulheres de inimigos vencidos.

Neste depoimento, Rosa, que descende de família Tapuia, radicada em Serrinha, que depois migrou e se fixou por longas datas no distrito de Jaguará, no Município feirense, salienta sobre o mesmo indivíduo: “A polícia tava atrás dele, ele ficou em pé agarrado com o facão, (gesticula como que segurasse um facão apontando uma direção) o cara vei e bateu nele. E o

cara não viu ele. Se furou no facão. Agora se foi verdade, aí eu não sei [...]” (DEPOIMENTO, 2015, p. 14-15). E acrescenta: “Diz ele que tava com um galho de pau na mão (esquerda), e o cara achou que era um pé de árvore. O cara montou em cima”. Aqueles perseguidos pelos órgãos repressivos do Estado precisam ter mobilidade constante e atenção redobrada para não serem surpreendidos. Disso resulta a necessidade de estar sempre alerta e se ocultarem dos que lhes despertam suspeitas.

Mas, no entendimento de muitos tabaréus, existem práticas esotéricas desconhecidas convencionalmente. Estas seriam comparáveis a um fenômeno de características paranormais e praticados por poucos indivíduos que se transformavam em quaisquer objetos e aqueles que usavam estes expedientes, tidos como *sabidos*. Esse tratamento mais parece estar relacionado aos indivíduos enquanto sábios.

Todavia, atentemos parte da fala de Rosa, que assim descreve outro indivíduo: “Tinha um Filipim (Felipe) pintado lá (sofria vitiligo), era do Carrapato (fazenda em Tanquinho). Você olhava, ele evinha lá, quando olhava tirava a vista, que olhava ele já tava lá na frente” (DEPOIMENTO, 2015, p. 12). O depoente cita outros nomes que usavam esses recursos, porém, este último e os demais não se tratavam de fugitivos da polícia.

Descartando uma ilusão de ótica, ou até mesmo um truque proposital, tudo indica que estes personagens praticavam o teletransporte, ainda mais frequente, naquele período, entre os tabaréus. Narrativas do período colonial descrevem semelhantes rituais praticados pelos índios, próprios a certos curadores,⁸ que certamente legaram a alguns dos seus aprendizes ou aos que a eles se juntaram e acabaram ganhando sua confiança.

Uma ocorrência na cidade de Tanquinho, mais recentemente, pode elucidar questões relativas às crenças. O então prefeito Jovino Tavares Carneiro foi atingido com um disparo feito por um indivíduo que passou a ser alvo de uma perseguição. Em outro trecho da fala do informante é descrito como um dos caçadores agiu na captura do agressor: “Aí ele chegou de junto de Cristóvão e disse: ‘atira meu branco!’ Cristóvão não atirou, ele pegou uma capa de fumo (gesticula como se estivesse enrolando para fazer uma bucha), botou na espingarda, foi que acertou ele” (DEPOIMENTO, 2015, p. 14). Se esta crença ainda persiste em nossos dias, é lícito crer que se encontrava ainda mais presente no Império, entre os tabaréus.

Na fé do tabuleiro Paiaiaá, o tabaco funcionaria como ferramenta para quebrar um pacto

⁸ Vainfas (2007) assevera, no artigo *Santos e Rebeldes*, que em 1585, uma revolta das mais significativas envolveu diferentes lideranças nativas que se valiam de semelhantes expedientes e reverenciavam o ídolo *tupanaçu*, isto é, deus grande, motivo de visitaçao do Tribunal do Santo Oficio.

previamente firmado entre o sujeito e o Demônio. Isto se aplica no caso de Lucas da Feira, tanto no que se refere aos tiros que recebeu de Cazumbá, aos quais sobreviveu, quanto aos outros tiros que recebeu em distintas ocasiões, sempre se safando graças a uma suposta proteção do talismã mágico. Mas Cazumbá teria quebrado o pacto entre Lucas e o Satanás certamente se valendo de meios além da compreensão racional, os quais faziam parte de um ritual de ruptura do acordo ao provocar danos físicos com os disparos que acabaram redundando em sua prisão e sacrifício.

Salvo os tiros de Cazumbá, outros não chegaram a deixar Lucas enfermo. Diz Guimarães Cova (1913, p. 80), que consultou o depoimento de Lucas da Feira – transcrito em parte na sua obra de título *Municípios da Bahia* –, que Lucas declarou enumerar até o centésimo tiro recebido e, a partir de então, não mais fez conta, tal a quantidade. Parece haver certo exagero nesse dado, contudo, esse aspecto reforçou o mito do *corpo fechado*, aplicando a sua resistência aos tiros. Mas essa última faceta pode ser compreendida racionalmente.

Na guerra da independência da Bahia, um dos grupos de voluntários, comandados pelo frei José Maria do Sacramento Brayner, usava, por uniforme, trajes de couro de vaqueiros que os fez ficarem popularmente conhecidos por Encourados de Pedrão. Vestiam o gibão como outras indumentárias de couro e partiram para a luta, ainda hoje lembrada nas comemorações ao 2 de julho – data que as tropas portuguesas se retiraram da Bahia – por vaqueiros desta agora cidade, ao desfilar montados com seus uniformes na Capital. Pedrão era arraial, que depois fez parte da Vila de Sant’ana da Feira como atrás é descrito. Os Encourados de Pedrão absorveram vaqueiros de outras áreas, a exemplo de Tanquinho, arraial nesse período, como do Limoeiro, próximo à Vila.

Trajes de vaqueiro eram tão comuns ao tabuleiro que na obra *Artesanato e Arte Popular*, José Carlos da Costa Pereira faz o seguinte comentário:

É interessante acentuarmos que nas zonas de pecuária o chapéu e o jaleco de couro são usados mesmo por indivíduos que não sejam vaqueiros e até por crianças. Nos dias mais quentes vestem-no ao contrário – com a lã para o lado de fora – todavia usam-no sempre. (PEREIRA, 1957, p. 89).

Lucas não era exceção à regra e, como é conhecido, o jaleco, diferentemente do gibão, não protege os braços por lhe faltar às mangas. Como a área da Vila desde os tempos coloniais se prestava a criação nas fazendas, com as estradas de trânsito do gado, seguindo desde Cachoeira aos sertões, se difundiu este apetrecho entre a população.

Confrontando com sua roupa costumeira, Lucas “usava calça e camisa de algodão, chapéu de couro, trazia no pescoço um patuá feito de prata e andava descalço” (LIMA, 1990, p. 126). E adiante:

[...] ao ser capturado, vestia uma calça comprida de Yanzue, uma camisa branca, fruto certamente dos roubos praticados contra os tropeiros nas estradas próximas à Vila da Feira, e uma capa de couro, que substituía o jaleco, para se proteger dos espinhos típicos de uma vegetação de caatinga (LIMA, apud CAMPOS, 1957, p. 90).

Alguns chapéus regionais são feitos de couro cru, com abas curtas, mantendo os pelos que facilitam o deslizamento dos objetos que nele impactam, o que também se aplica aos projéteis, com características distintas dos atuais, compostos de carga de chumbo em esferas pequenas, usadas em armas como o clavinote, o bacamarte, o trabuco, garruchas, espingardas à pederneira e municados com pólvora preta, de menor potência que armas de hoje. Na fase anterior à guerra da independência, o sacerdote franciscano logicamente fez experiências, e as tropas colheram frutos na luta, que difundida pelos ex-combatentes chegou esta técnica até Lucas, que a adaptou ao modelo do jaleco para permanecer a boa mobilidade nos membros. Portanto, o uso da capa de couro cru, do tipo jaleco, no caso de Lucas, tinha por função servir de proteção da caixa torácica e o abdômen, contra os projéteis, e o chapéu, servia como capacete, principalmente os de couro cru, por sua rigidez, desde que mantidos os pelos. Cazumbá certamente sabia destes detalhes pois Lucas teve um dos braços atingido pelos disparos, levando as autoridades a providenciar dois médicos para tratá-lo, quando da sua captura.

Com o braço esquerdo ferido, canhoto que era, foi-lhe amputado em razão da ameaça de infecção por gangrena, cuja extensão com a mão pendente foi motivo de sadismo teatral pelas ruas da Vila de Sant’ana da Feira. O último feito coube ao escravo de nome Manoel, que também lhe enfiou no membro amputado espinhos de laranjeira e depois o queimou. Era tal escravo propriedade do Coronel Manoel Joaquim Pedreira Sampaio, uma das figuras mais ricas da época, sublinha Lima (1990, p. 204). A reação do cativo Manoel não foi única: fogos de artifício foram ouvidos na vila, o que faz pensar que indivíduos de posses se envolveram nas comemorações. Até mesmo na Matriz de Senhora Santana, se rezou missa festiva.

O que se torna difícil de entender é como Manoel teve acesso ao local da cirurgia e como o membro amputado foi parar em suas mãos depois dos médicos terem aplicado os

procedimentos usuais. Certamente ocupados com os cuidados, não se aperceberam que outros espreitavam e acabaram se apropriando indevidamente daquela parte do corpo descartada. Mas tinham auxiliares com eles e senão tropas a resguardá-los, uma segurança improvisada faria mais difícil o acesso de terceiros.

Vê-se, portanto, que não existiam apenas informantes do grupo de Lucas, os quais se esquivavam entre áreas de pouco movimento de modo a outros ficarem inteirados das notícias. Aquele membro que fora responsável por diversos crimes, na lógica da crença de Manoel, deveria ser anatemizado a fim de garantir, com sua queima, não contaminar outros que nele tocaram.

De maneira semelhante, Nicolau – um dos seus cúmplices, anteriormente executado na Lagoa Salgada, arredores dessa mesma Vila –, depois de um tiro deflagrado por um indivíduo de nome Manuel Pedro, teve o corpo queimado e a cabeça espetada em pau por populares, nas afirmações de Gastão Sampaio (1977, p. 215), em sua obra *Feira de Santana e o Vale do Jacuípe*. Os linchamentos, excessos e comemorações com a notícia das mortes, chamam atenção pela demora na reação da força policial que normalmente se encontrava alerta.

Essa descrição mais parece um ritual de sacrifício humano, quando um rival aprisionado é a vítima subjugada e se vê obrigada a satisfazer a vontade dos algozes. Depois do sacrifício, só faltou servir de repasto ao grupo para semelhança menos sutil aos rituais de antropofagia disseminados entre tribos de canibais que habitavam o Brasil no período colonial. Isso não era cabível como desafio ao comando repressor daquela época, o qual pregava fazer a justiça. E haviam pressões populares por um efetivo mais atuante na área.

No contexto dos rituais antropofágicos indígenas, o sujeito que imolava um inimigo era tratado como um herói, sendo respeitado, aplaudido e reverenciado, conforme descreve Gabriel Soares de Souza (1851, p. 326), na obra *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*. Deixando o corpo irreconhecível, se assemelhavam aos nativos que depois das cerimônias se banqueteavam, espetavam caveiras dos inimigos nas estacas das caiçaras, se apoderavam até do espírito e nome do sacrificado, conforme sua crença. Driblando o controle da Igreja, se mantinham vivas memórias ancestrais, entre os tabarés.

É consenso popular que Lucas foi objeto de uma traição por parte de Cazumbá, ao ser entregue à justiça para cumprir a pena. No entender dos tabarés, assim devia ter sido, já que eram compadres e antes amigos, não como inimigos, que tomam posse dos corpos e objetos pessoais, mas como frutos de uma mesma ancestralidade, cujos espíritos ficam expostos aos

riscos de maldição. Esta atitude lamentável, leva a se verificar que a Igreja pisava em terreno escorregadio, com a catequese servindo a uma conversão aparente.

Contudo, a tensão provocada pela violência conspira para um deslize na identificação dos envolvidos no calor das emoções. Que Lucas foi atingido pelos disparos da arma de Cazumbá, isto é fato, ainda que atrás discutidas as circunstâncias e pressões sofridas pelos mandantes. Mas quanto a Cazumbá ser traidor, fica evidenciado que isto é uma verdade discutível.

Digamos que figuras tidas como merecedoras de crédito pregavam ter havido uma traição, e isto veio a público como referência a Cazumbá enquanto desabafavam a dor, ou davam vazão ao senso de justiça suprimindo nomes por temer ameaças. Assim como Lucas é acusado de maquinar e consumir os crimes, Cazumbá também praticou delitos nos mesmos termos e cumpriu seu papel numa conspiração que alguns planejaram e o induziram a participar. Todavia, esta alusão se referia a todos os demais, entre os quais alguns pretendiam desviar a atenção dos menos informados.

O senhor Divaldo Pereira não tem dúvidas quanto aos verdadeiros culpados das ações de Lucas Evangelista: “Ele era um negro ignorante, analfabeto, não sabia nem o que é dinheiro. Então que ele roubava p’ra os amigos dele” (DEPOIMENTO, 2015, p. 3). Mas quer parecer, que se era tão ignorante, não se sujeitaria a um devotamento pertinaz a causas que desconhecia as razões. Haveria assim, outro motivo para entregar aos “amigos”, os valores que subtraía, o que faz supor, ser chantageado pela condição de escravo fugitivo, a cumprir tais determinações. O mesmo caso, se aplica a Cazumbá, só que para inversamente dar cabo da vida de Lucas e assim livrar os mandantes da delação, com a perspectiva inclusive do indulto da sua pena e o compromisso de ajuda econômica para aquisição de novas propriedades. Dessas circunstâncias, o restante da família Cazumbá também tiraria proveito chantageando os mandantes, para conseguir outros benefícios junto a esses.

Lucas, já tinha larga vivência na marginalidade e empregava vários artifícios para se safar dos seus rastreadores, como mais atrás detalhamos, o que lhe valeu ser qualificado por autores, como um indivíduo dos mais sagazes. Portanto, o emprego do termo “ignorante” pelo depoente, se além a sua condição de iletrado e não ao desconhecimento generalizado. Seguramente seus “amigos”, lhe ajudavam no planejamento dos saques, escolhendo vítimas de garantido porte dos valores, o que envolve sob suspeita, desde grandes compradores de gado, aos maiores distribuidores portuários, banqueiros, traficantes de escravos em vias de perder o

status, com a perspectiva do fim do tráfico africano e até mesmo autoridades da Província que atravessava uma crise.

Desse modo, o capital permaneceria circulando nos limites do seu território, mas, isso não passaria despercebido às autoridades do Império, que também aumentaram as taxas de impostos, das províncias a norte do país, para financiar os empréstimos contraídos com os ingleses e os combates aos Farroupilhas, nas afirmações contidas na obra de título *A Sabinada*, do historiador Paulo César Souza (2009, p. 183). As ações de Lucas tinham chegado ao conhecimento da Corte, com o envolvimento dos representantes da Província da Bahia nos três, dos quatro poderes existentes no Império, coisa que certamente ele desconhecia. Seu enforcamento em 25 de setembro de 1849 foi oportuno a muitos e morreu ignorando tais detalhes. Entre os envolvidos, quiçá fosse o mais inocente deles, mas, aquele que fazia o serviço de maior risco.

FONTES:

GAMA, R. G. Raimundo Gonçalves. **Depoimento** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime Magalhães Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 2 DVD (47 min.). Produzido por Jaime Magalhães Morais a partir de entrevista documental prestada em Feira de Santana-Ba, transcrita em 9 laudas.

PORTUGAL, D. P. Divaldo Pereira. **Depoimento** [mar. 2015]. Entrevistador: Jaime Magalhães Morais. Feira de Santana: Bairro Brasília, 2015, 3 DVD (90 min.). Produzido por Jaime Magalhães Morais a partir de entrevista documental prestada em Feira de Santana-Ba, transcrita em 12 laudas.

ROSA, J. C. de S; José Carlos de Santana. **Depoimento** [abr. 2015]. Entrevistador: Jaime Magalhães Morais. Feira de Santana: Bairro Pampalona, 2015, 1 DVD (26 min.). Produzido por Jaime Magalhães Morais a partir de entrevista documental prestada em Feira de Santana-Ba, transcrita em 16 laudas.

REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

CALMON, Miguel. **Introdução e notas ao Catálogo Genealógico das principais famílias de Fr. Antônio de Santa Maria de Jaboatão**, vol. I. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1985.

CAMPOS, Sabino de. **Lucas o demônio negro** (Romance folclórico baiano). Rio de Janeiro: Pongetti, 1957.

COVA, Guimarães. **Municípios da Bahia**. Salvador: Typographia Bahiana, 1913.

FREIRE, Luis Cleber Moraes. **Nem Tanto ao Mar, Nem Tanto à Terra**: Agropecuária, escravidão e riqueza ..., 1850-1888. Feira de Santana: UEFS Editora, 2012.

GALVÃO, Mons. Renato de Andrade. Os povoadores da região de Feira de Santana. Feira de Santana, **Sitientibus**, UEFS, Vol. 1, nº 1, p. 25-31, 1982. Disponível (on-line) em: http://www2.uefs.br/sitientibus/pdf/1/povoadores_da_regiao.pdf. Acesso em: dez. 2018.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, volume 2 (1995 e 1998). São Paulo: Larousse e Nova Cultural Ltda.

LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. 10 v., tomo V. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1945.

LIMA, Zélia Jesus de. **Lucas Evangelista**: O Lucas da Feira. Estudo sobre a rebeldia...1807-1849. Dissertação (Mestrado em História), Salvador, Universidade Federal da Bahia, UFBA, 1990. Disponível (on-line) em: <<https://ppgh.ufba.br/teses-e-dissertacoes>>. Acesso: em dez. 2018.

MAGALHÃES, Couto de. **O Selvagem**, Parte I e II. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876. Disponível (on-line) em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/182909>>. Acesso em: dez. 2018.

MORAIS FILHO, A. J. de M. **Festas e tradições populares do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 2002. Disponível (on-line) em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7SB2DbGW8f8J:www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1061+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso: em dez. 2018.

MORAIS, Jaime Magalhães. **Memórias de uma Cristã, nem tão nova, Num Sertão nem tão Velho**. Feira de Santana: [s. n.], 2011.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato e arte popular**: Bahia. Salvador: Progresso, 1957.

PITA, Sebastião da Rocha. **História da América portuguesa**, 2. ed, revista e anotada por J. G. Goes. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1880. Disponível em: <<https://archive.org/stream/historiadaameric01roch#page/12/mode/2up>>. Acesso em: dez. 2018.

POPPINO, Rollie E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

SAMPAIO, Gastão. **Feira de Santana e o Vale do Jacuípe**. Salvador: Bureau, 1977.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos Internos**: Engenhos e escravos na sociedade colonial. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, José Bento Rosa da. "Cazumbá: História e memória no Recôncavo Baiano (1888-

1950)”. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, (n. 26): p. 1-11, 2011. Disponível (on-line) Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14f/1300871748_ARQUIVO_CazumbaartigoparaAnpuh.pdf>. Acesso em: dez. 2018.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Régia, 1851. (on-line) Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=38095>. Acesso em: dez. 2018.

SOUZA, Paulo César. **A Sabinada**, a revolta separatista da Bahia. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

VAINFAS, Ronaldo. Santos e Rebeldes. Rio de Janeiro, **Revista de História**, 2007, p. 1-3. Disponível (on-line) em: < <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigosrevista/santose-rebeldes>>. Acesso em: dez. 2018.